

# Atos de fala e implicaturas conversacionais

## Teoria dos atos de fala

Vimos, até aqui, fenômenos semânticos tratados em teorias de referência e em teorias de representações mentais. Entretanto, todos concordam que a linguagem é mais do que a descrição dos estados de coisas (como é tratada a linguagem na abordagem referencial) e mais do que estabelecer a relação entre o mundo e os conceitos mentais (como é tratada a linguagem na abordagem mentalista). Existe uma série de outros usos que fazemos da linguagem relacionados a práticas e convenções sociais, a intenções etc. Como propus no capítulo “A investigação do significado”, vamos assumir que o significado, em um sentido mais amplo, é determinado pela gramática (o estudo da semântica) e pelo uso (o estudo da pragmática). Neste capítulo, mostrarei que além de propostas referenciais e mentalistas, existem propostas sobre alguns aspectos do uso que também fazem parte de uma teoria do significado.

As ideias que apresentarei a seguir são perfeitamente compatíveis com as teorias que tratam do significado literal, ou seja, as teorias de abordagem referencial. São propostas complementares, que seguem a proposta de Chomsky (1965) de que a linguagem se divide em competência e em desempenho. Relembrando, a competência é um determinado sistema de conhecimentos que nos permite reconhecer, produzir e interpretar sequências bem formadas da nossa língua nativa, e, segundo Chomsky, esta é uma capacidade inata. Uma teoria que trate do conhecimento estritamente semântico estaria investigando parte da nossa competência linguística. O desempenho é o uso desse conhecimento em situações comunicativas concretas e está situado no âmbito da Pragmática. Uma teoria que trate de situações do uso estaria investigando a questão do desempenho.<sup>1</sup>

## Sentenças não declarativas

Voltando aos capítulos iniciais, podemos observar que as noções estudadas de acarretamento, de sinonímia, de contradição e de outras que se valem do valor de verdade sempre têm como objeto de estudo sentenças declarativas simples. Para esse tipo de sentença, parece bem natural a aplicação do conceito de valor de verdade:

(1) João quebrou o vaso.

É perfeitamente possível afirmarmos algo sobre a verdade ou a falsidade da sentença em (1). Entretanto, o que dizer de sentenças não declarativas do tipo:

- (2) a. João, quebre o vaso!!!  
b. O João quebrou o vaso?

Não parece fazer sentido afirmarmos algo sobre a verdade ou a falsidade da sentença imperativa (2a) ou da interrogativa (2b). Entretanto, como observou Frege (1918), ainda podemos nos valer da noção de valor de verdade para estudar sentenças não declarativas. Veja que as sentenças (1), (2a) e (2b) têm um conteúdo em comum: o fato de o vaso quebrar. Em (1), esse fato está sendo afirmado; em (2a), o fato é objeto de um pedido; e, em (2b), o fato é o objeto de uma pergunta. Frege nomeou de *conteúdo* aquilo que as sentenças têm em comum; e nomeou de *força* aquilo que cada sentença exprime, ou seja, a sua característica assertiva, imperativa ou interrogativa. As condições de verdade podem ser aplicadas na caracterização do conteúdo da sentença. Daí para frente, podemos tentar caracterizar a semântica dos diversos tipos de sentenças, ou seja, as forças características de cada sentença.

## Os atos de fala

Vamos assumir que o uso central da linguagem é a descrição dos estados de coisas e a troca de informações sobre esses estados. Entretanto, vamos assumir também que, além desse tipo de uso, podemos imaginar que há uma série de outras ações que podemos realizar quando empregamos, a esses conteúdos assertivos, determinadas forças: ordenamos, pedimos, interrogamos etc. Baseado nesse fato, Austin (1962) propõe que o ato comunicativo pode se apresentar em vários níveis, sendo os mais relevantes: o ato locutivo, o ato ilocutivo e o ato perlocutivo.<sup>2</sup> O ato locutivo resume-se no ato de proferir uma sentença com certo significado e um conteúdo informacional, ou seja, o sentido rescrito da sentença, a descrição dos estados de coisas. O ato ilocutivo é a intenção do proferimento do falante, ou seja, as ações que realizamos quando falamos: ordenamos, perguntamos, avisamos etc. E o ato perlocutivo são os efeitos obtidos pelo ato ilocutivo, ou seja, o resultado que conseguimos com nosso ato de

fala: assustamos, convencemos, desagradamos etc. Por exemplo, meu filho não quer fazer o dever e eu digo: "You desligar o videogame".<sup>3</sup> O ato locutivo é o proferimento da sentença. *You desligar o videogame*. Entretanto, posso ter pronunciado a sentença com a intenção de ameaçar: esse é o ato ilocutivo. Inerentemente distinto a sentença atos é o ato perlocutivo: o comportamento subsequente que pretendo que meu filho tenha, ou seja, que se sinta ameaçado e vá fazer o dever. A distinção entre os atos ilocutivo e perlocutivo é importante: o ato perlocutivo é o efeito que o falante espera conseguir sobre o ouvinte ao pronunciar tal proferimento. Por isso, o ato perlocutivo não é, geralmente, considerado relevante para o estudo do significado linguístico<sup>4</sup> e não será focalizado neste livro. Em relação aos outros dois níveis, é importante realçar que não podemos pensar que os atos ilocutivos são consequências dos atos locutivos. A sentença *You desligar o videogame, sozinho*, não constitui uma ameaça. Já quando uso a sentença, a força empregada no ato de proferi-la atribui a ela uma força ilocutiva particular (pode ser, ou não, uma ameaça). Kempson (1977: 59) distingue essas três análises da seguinte maneira: um falante profere sentenças com um determinado significado (ato locutivo) e com uma determinada força (ato ilocutivo), para atingir determinado efeito sobre o ouvinte (ato perlocutivo).

No exemplo anterior, a força ilocutiva estava implícita no proferimento, mas não fazia parte do ato locutivo. Entretanto, existem casos em que a força ilocutiva está explícita no próprio ato locutivo, recebendo o nome de proferimento performativo; nesse tipo de proferimento, as forças locutiva e ilocutiva parecem coincidir:

- (3) Prometo-lhe que não chegarei atrasada.  
(4) Aposto como ele vai voltar atrás.  
(5) Concorde que você participe do grupo.

Em relação a esses tipos de proferimentos, Austin (1962) afirma não haver sentido em considerá-los verdadeiros ou falsos, pois não constituem descrições, mas, sim, ações. Entretanto, veja que podemos ter proferimentos com os mesmos verbos, mas que constituem apenas descrições de situações:

- (6) Ela prometeu que não chegaria atrasada.  
(7) Ela apostou que ele voltaria atrás.  
(8) Ela concordou que você participasse do grupo.

Essas sentenças não podem ser entendidas como ações de promessa, de aposta ou de concordância, mas como descrições de algumas situações; e, portanto, podemos dizer algo sobre a verdade ou a falsidade das sentenças. Em realidade, o que acontece é que existem verbos específicos dos proferimentos performativos; entretanto, só quando usados afirmativamente, na 1ª pessoa do presente simples, é que dão origem a sentenças performativas. Exemplos desses verbos são:

- (9) a. Eu te *desculpo* por tudo.  
 b. Eu te *autorizo* a fazer a prova depois.  
 c. Nós te *condenamos* por todos os seus atos.  
 d. Eu te *nomeio* meu procurador.

Apesar de a maioria das sentenças performativas ocorrer na 1ª pessoa do presente simples, singular ou plural, existem algumas exceções, com verbos na 3ª pessoa do presente simples. Por exemplo:

- (10) a. Você está proibido de entrar aqui.  
 b. Os passageiros do voo para Paris estão proibidos de entrar no país.

Um interessante teste para verificar se uma sentença é performativa seria acrescentar a expressão *por meio deste...* e ver se a sentença tem aceitabilidade:

- (11) a. Por meio destas palavras, eu te *desculpo* por tudo.  
 b. Por meio destas palavras, eu te *autorizo* a fazer a prova depois.  
 c. Nós te *condenamos* por todos os seus atos, por meio destas palavras.  
 d. Por meio deste instrumento, eu te *nomeio* meu procurador.  
 e. Por meio deste ato, você está proibido de entrar aqui.

Caso não seja performativa, a sentença parecerá estranha:

- (12) a. \*Por meio destas palavras, eu canto.  
 b. \*Por meio destas palavras, eu acredito em Deus.  
 c. \*Por meio destas palavras, ele avisou para ela que saíra.

## Condições de felicidade

Embora os proferimentos performativos não possam ser avaliados pelo seu valor de verdade, ou seja, se são verdadeiros ou falsos, eles podem ser avaliados pela sua adequação ao contexto. Austin (1962) nomeia essa adequação contextual de condições de felicidade:<sup>5</sup> As condições de felicidade de um proferimento performativo são as condições que o contexto deve satisfazer para que o uso de uma determinada expressão possa ser feliz, ou seja, possa ser adequado. Por exemplo, o presidente da assembleia entra na sala de reuniões e profere:

- (13) Eu declaro que a sessão está aberta!

Essa sentença tem as condições de felicidade exigidas para ser um proferimento aceitável e vai desencadear o processo de abertura da sessão. Entretanto, se um vigia

entra no mesmo ambiente e diz a sentença (13), ela não preenche as condições de felicidade e a ação estabelecida pelo proferimento não se desencadeará. Portanto, de uma maneira geral, podemos estabelecer que uma das condições de felicidade de um ato ilocutivo de ordenar é que o falante deva ser um superior ou uma autoridade em relação ao ouvinte. Uma das condições de felicidade de um ato ilocutivo de acusar é que o acusado esteja errado sob algum ponto de vista. E assim por diante. Além disso, existem condições padronizadas para que a comunicação seja bem-sucedida, tais como os falantes falarem a mesma língua, os falantes partilharem das mesmas informações sobre o contexto social e outras. Por exemplo, se as pessoas envolvidas no exemplo (13) não souberem nada sobre como funcionam assembleias, o proferimento da sentença *Eu declaro que a sessão está aberta* não terá as condições de felicidade satisfetas e o resultado que se espera não se efetivará. Por isso, é necessário preencher todas as condições adequadas para determinado uso, a fim de que o proferimento seja considerado bem-sucedido e adequado.<sup>6</sup>

Até este ponto da explicação sobre os atos de fala, relacionamos os atos ilocutivos a proferimentos. Portanto, a análise de Austin e de outros filósofos posteriores é uma explicação dos atos de fala dos proferimentos, não tendo a pretensão de ser uma explicação dos significados de sentenças. Entretanto, vale ressaltar que alguns linguistas, seguindo a direção da análise de Austin, voltaram-se para os atos de fala como uma solução para os problemas relacionados ao significado. Por exemplo, Fillmore (1971) sugere que seria mais útil falar de condições para uso adequado de sentenças e de palavras do que falar, de uma maneira sempre vaga, do significado de sentenças e palavras. Tomemos a palavra *acusar*: em vez de falar o que essa palavra significa, pode-se estabelecer que essa palavra tem como condições para o seu uso adequado o fato de que o acusador assumia que o acusado é responsável por algum ato e que esse ato seja uma ação não desejável, má. Porém, uma proposta dessa natureza deixa de caracterizar o significado da maneira dual como o estamos caracterizando (ou seja, o significado mais abrangente como sendo a soma de aspectos estritamente semânticos e de aspectos estritamente pragmáticos), eliminando a dicotomia competência e desempenho, proposta por Chomsky.

## Exercícios

1. Explícite os possíveis atos envolvidos nas sentenças:
- 1) Desculpe-me, você está no meu caminho.
  - 2) Por favor, passe-me o sal.
  - 3) Eu te imploro perdão.
  - 4) Cuidado, tem um buraco no caminho.
  - 5) Eu vou apagar seu nome da lista.

ii. Quais verbos abaixo apresentam usos tipicamente performativos e por quê?

- 1) garantir
- 2) preocupar
- 3) indicar
- 4) desculpar
- 5) saber
- 6) esquecer
- 7) avisar
- 8) concordar
- 9) desejar
- 10) discordar

iii. Dê as condições de felicidade para cada ato ilocutivo a seguir:

- 1) o ato ilocutivo de prometer
- 2) o ato ilocutivo de desculpar
- 3) o ato ilocutivo de saudar
- 4) o ato ilocutivo de nomear
- 5) o ato ilocutivo de protestar

## Implicaturas conversacionais

### Inferências

Vimos, no capítulo “Implicações”, as noções de acarretamento e de pressuposição semântica, que são inferências (ou implicações) ligadas ao conteúdo semântico. Veremos, agora, as inferências relacionadas ao discurso, ao uso da língua. As inferências conversacionais são feitas a partir do contexto. O ouvinte participa ativamente na construção do significado do que ouve, preenchendo lacunas que o falante deixa em seu discurso. Um primeiro exemplo a ser analisado são as inferências em que o falante recupera uma relação anafórica<sup>7</sup> existente entre sentenças, ou seja, o falante identifica elementos de sentenças que se referem a uma mesma entidade no mundo:

- (14) O João caiu em uma escada ontem. A escada estava escorregando muito.  
 (15) Eu vi o seu irmão esta manhã. O malandro nem me reconheceu.

Em (14), o ouvinte recupera que a escada é a mesma nas duas sentenças, e, em (15), associa o irmão ao malandro. Façamos uma suposição de como pode se dar esse processo de preenchimento de informação não fornecida pelo falante. Em (14), por

exemplo, como a primeira sentença faz referência a uma escada qualquer e, na segunda sentença, o artigo definido *a* retoma o nome *escada* como algo já falado anteriormente, o ouvinte infere que a escada da segunda sentença só pode se referir à mesma escada da primeira sentença. Em (15), a primeira sentença faz referência a *seu irmão* e a segunda faz referência a *o malandro*. Como o único referente da primeira sentença possível de ser associado a *malandro* é *o seu irmão* (dificilmente associaríamos *malandro* a *eu*), a maneira mais simples de analisar as duas sentenças em um único contexto é entender que *o malandro* tem o mesmo referente que *seu irmão*. Essas seriam possíveis operações de interpretação feitas por ouvintes das sentenças (14) e (15).

Outro exemplo é a interpretação anafórica entre muitas sentenças. Em (16), o ouvinte infere que *isso* só pode estar se referindo a todas as ocorrências ditas anteriormente:

- (16) O avião chegou tarde, o hotel não tinha lugar, os restaurantes estavam todos cheios. Acho que isso realmente desapontou a Maria em sua viagem.

Outro tipo de inferência, apontada por Clark (1977), é aquela em que o ouvinte constrói “pontes” para que o discurso tenha coerência, a partir do seu conhecimento do mundo:

- (17) A professora entrou na sala. Os alunos já estavam todos lá.  
 (18) O João saiu para um passeio. A noite estava linda.

Pode-se dizer que a interpretação dessas sentenças também se dá por um processo anafórico. Por exemplo, em (17), o ouvinte, tendo conhecimento sobre salas de aula, faz a ponte entre professora, sala e alunos e interpreta o *lá* como sendo a sala em que a professora entrou. Em (18), temos que fazer a ligação anafórica com um elemento implícito da sentença anterior. Se as duas sentenças estão juxtapostas e a segunda sentença não explicita nenhum contexto específico, o ouvinte faz a ponte entre passeio e noite, inferindo que o passeio do João deve ter sido naquela noite linda. O falante usa um processo econômico, apostando que o ouvinte preencherá as informações não explicitas nas sentenças, mas facilmente inferidas, se os interlocutores partilham do mesmo conhecimento de mundo.

Os tipos de inferência seguintes são exemplos em que, sabendo que o ouvinte vai preencher as lacunas deixadas pela sua informação, o falante se sente livre para simplesmente sugerir a ideia, em vez de dizê-la literalmente, ou seja, o falante confia nas inferências do ouvinte:

- (19) a. Você deu o dinheiro para a Maria?  
 b. Eu estou esperando ela chegar.  
 Informação não dada por (B) que deve ser inferida por (A): (B) não deu o dinheiro.

(20) a. Você leu o texto para o seminário?

b. Eu pretendo.

Informação não dada por (B) que deve ser inferida por (A): (B) não leu o texto.

Esse último tipo de inferência é chamado de implicatura conversacional, tema tratado extensamente por Grice (1975, 1978). O autor propõe que existe um princípio cooperativo regendo as implicaturas conversacionais, um tipo de entendimento tácito entre os falantes que estabelece uma cooperação na comunicação entre as pessoas. Vejamos, então, mais especificamente esse tipo de inferência.

### Implicatura conversacional

Grice (1975, 1978) afirma que as implicaturas conversacionais podem ser previstas por um princípio de cooperação entre os falantes. Esse princípio tem regras que explicam o acordo mútuo existente entre os participantes de uma conversa. É importante realçar que esse princípio não pode ser tomado de uma maneira muito ampla, comparando-o a regras fonológicas, morfológicas, sintáticas ou mesmo a princípios morais. Também, não deve ser associado a uma linguagem ideal, utópica, em que todos nos entendemos de uma maneira racional e cooperativa. Ao contrário, devemos assumir que esse princípio é aplicado em um micronível, em situações de comunicação bem específicas. É esse acordo subjacente de comunicação linguística que Grice identifica como sendo a cooperação entre falantes e ouvintes. Para o autor, os participantes de uma conversa sempre serão cooperativos no sentido de que a sua contribuição para aquela conversa seja adequada aos objetivos desta. Trata-se de um princípio bastante simples e que pode ser entendido como um princípio de economia ou de menor esforço do ato comunicativo. A realização linguística desse princípio é traduzida, por Grice, em uma série de normas ou máximas, identificadas pelo autor da seguinte maneira:

Máximas de Grice (adaptado de Saeed, 1997: 193):

- Máxima de qualidade: tente fazer da sua contribuição uma verdade, ou seja, não diga o que você acredita que seja falso, ou não diga nada de que você não tenha evidências adequadas.
- Máxima de quantidade: faça a sua contribuição tão informativa quanto necessário para o objetivo da comunicação, nem mais nem menos informativa.
- Máxima de relevância: faça com que suas contribuições sejam relevantes.
- Máxima de modo: seja claro e, especificamente, evite ambiguidades, evite obscuridades, seja breve e seja ordenado.

Essas máximas podem ser entendidas de uma maneira geral como: o falante falará a verdade; tentará fazer uma estimativa do que o ouvinte sabe e tentará falar algo de acordo com o conhecimento do ouvinte; o falante tem alguma ideia do assunto em questão e entende que seu ouvinte é capaz de entendê-lo. Às vezes, alguns desses parâmetros não são respeitados, e o falante pode ter consciência disso ou não. Entretanto, eles são um tipo de guia de orientação que servirá como base para a comunicação. É realmente difícil imaginar a comunicação sem que essas máximas estejam presentes. Veja, por exemplo, que se não respeitássemos a máxima da relevância, os diálogos seriam uma sucessão de falas desconexas, do tipo:

(21) A: Você já almoçou?

B: Realmente eu vendo carros.

Portanto, parece ser verdadeira a afirmação de que nossa comunicação é regida por alguns princípios cooperativos, como as máximas de Grice.

Vejamos alguns exemplos de como essas máximas ajudam o ouvinte a chegar a algumas inferências. Um primeiro exemplo envolve a máxima de qualidade (tente fazer da sua contribuição uma verdade). Quando alguém profere os seguintes enunciados, ele está fazendo as seguintes implicaturas também:

(22) João é engenheiro civil e engenheiro mecânico.

(+>: Eu acredito que ele é engenheiro civil e mecânico e tenho evidências adequadas disso)<sup>8</sup>

(23) Você estuda na Faculdade de Letras?

(+>: Eu não sei se estuda e quero saber isso)

Em circunstâncias cooperativas, quando alguém afirma algo, isso implica que acredita nela; quando alguém pergunta algo, implica que deseja sinceramente uma resposta. Por isso, sentenças do tipo a seguir são consideradas pragmaticamente anômalas, pois contradizem a máxima da qualidade:

(24) João é engenheiro civil e engenheiro mecânico, mas eu não acredito que ele seja.

Vejamos agora exemplos envolvendo a máxima de quantidade (faça a sua contribuição tão informativa quanto necessário para o objetivo da comunicação):

(25) A: Você fez todos os exercícios pedidos?

B: Eu fiz alguns.

(+>: B não fez todos os exercícios)

- (26) A: Você foi à festa ontem à noite?  
B: Eu tive a intenção.

(+>: B não foi à festa)

Veja que, em (25), o falante poderia ter feito todos os exercícios, pois quem fez todos fez alguns. Entretanto, observando-se a máxima da quantidade, inferimos que B não diria *Eu fiz alguns* se ele tivesse feito todos os exercícios. O mesmo ocorre em (26). O falante B pode ter tido a intenção e depois ter ido efetivamente à festa. Mas se assumirmos haver uma máxima de quantidade que rege a comunicação, o falante B não passaria a informação desnecessária *Eu tive a intenção* se ele tivesse realmente ido à festa. Outro exemplo seria a máxima da relevância (faça com que suas contribuições sejam relevantes):

- (27) A: Você vai à festa hoje à noite?

B: Puxa! Estou com uma gripe de matar.

(+>: B não vai à festa)

Para analisar o exemplo (27), tomamos como ponto de partida que A acredita que a informação de B é relevante para a resposta de sua pergunta e pode inferir que a resposta é negativa. Se o falante não acreditar na relevância de B, ele não terá como associar as duas sentenças em um diálogo coerente. A implicatura apresentada em (27) é resultado do contexto específico apresentado, e de nenhum outro: não existe garantia de que a sentença *Puxa! Estou com uma gripe de matar* seja interpretada como *não* em outro contexto. Vejamos outro exemplo:

- (28) A: Vocês fizeram os exercícios pedidos?

B: Puxa, está um sol terrível lá fora.

(+>: os falantes de B não fizeram os exercícios)

Sabemos que a resposta de B é totalmente inadequada à pergunta de A. Por tanto, quem escuta um diálogo desses tem duas opções: ou imagina que o falante B não está conectado ao seu interlocutor; ou assume a máxima da relevância, imaginando que a resposta de B é relevante de alguma maneira para a resposta de A e faz algum tipo de implicatura: por exemplo, eles não fizeram os exercícios e estão desviando a conversa.

Finalmente, vejamos exemplos envolvendo a máxima de modo (seja claro, evite ambiguidades, evite obscuridade, seja breve e seja ordenado). Essa máxima pode se refletir em sentenças em que há muitas informações específicas. Sempre que escolher uma expressão mais complexa ao invés de uma paráfrase mais simples, tenho em mente orientar meu interlocutor que as passagens daquele processo são importantes e relevantes, sendo esta a implicatura de expressões mais detalhadas. Veja os exemplos:

- (29) a. Abra o cofre.  
b. Para abrir o cofre, vire a maçaneta duas vezes para a esquerda, dê um pequeno toque na porta e depois ele abre automaticamente.

Se em vez de (29a), eu uso (29b), é devido à minha intenção de comunicar ao meu interlocutor que o cofre não se abre simplesmente; é necessária uma série de passagens importantes. Outro exemplo em que seguimos a máxima de modo (seja ordenado) é em sentenças com *e*:

- (30) a. Eu entrei no carro e dirigi.  
b. ?? Eu dirigi e entrei no carro.

A máxima de modo nos faz inferir de que a ordem em (30a) é relevante e sentenças como (30b) são anômalas.

### VIOLAÇÃO DAS MÁXIMAS

A interpretação dessas implicaturas segue, em geral, as máximas conversacionais. Espera-se, por exemplo, que a pessoa com quem conversamos esteja falando a verdade. Não nos baseamos, *a priori*, na falsidade das sentenças. Entretanto, fica claro que esses princípios cooperativos divergem dos princípios linguísticos no sentido de que eles podem ser e são violados frequentemente: muitas mentiras são ditas, as conversações são desviadas subitamente do seu curso por respostas desconexas, e quem nunca conversou com alguém que dá muito mais informações do que as necessárias? O que ocorre é que essas normas podem ser violadas de forma deliberada, de modo que o falante sabe e reconhece que a máxima foi desconsiderada de uma maneira intencional. E, para lidar com esses desvios dos princípios cooperativos, o ouvinte tem duas alternativas. A primeira é alertar seu interlocutor de que ele está se desviando do que se esperaria da cooperação mútua para se efetivar uma comunicação, ou seja, que ele está desobedecendo às máximas, dizendo: "Você é um mentiroso", ou "Isso é irrelevante", ou "Você está dando mais informações que as necessárias". Ou o ouvinte pode escolher uma segunda alternativa, que quase sempre é a preferida: supõe que o falante está observando o princípio cooperativo *e*, como o está violando, ele quer transmitir alguma informação extra que está de acordo com o princípio; além do mais, o ouvinte supõe que o falante sabe que ele, ouvinte, pode entender essa informação extra. Vejamos um exemplo do próprio Grice. Um professor, a quem pediram referências de um ex-aluno que se candidatará a um cargo de professor de Filosofia, responde da seguinte maneira:

- (31) "Prezado senhor, o domínio que o Paulo tem da língua portuguesa é excelente, e ele sempre compareceu regularmente às aulas."

O professor está violando as máximas de quantidade e de relevância. Ou seja, o professor não deu as informações necessárias e também forneceu informações que não eram relevantes para a pergunta em questão. A pessoa que recebeu essa carta como resposta certamente inferiu que, se o professor está violando as máximas do princípio cooperativo, ele deve estar querendo transmitir alguma informação não explícita na carta: a informação de que o Paulo não é adequado para o cargo. Quando o destinatário dessa carta formula essa implicação, a carta deixa de violar o princípio da cooperação, pois é exatamente a implicação que está contida na carta que é a verdadeira mensagem do professor. Segundo Kempson (1977:76):

Essas implicaturas conversacionais são suposições acima do significado da sentença usada, que o falante conhece e pretende que o ouvinte compreenda, frente a uma violação aparentemente clara do princípio cooperativo, para interpretar a sentença do falante de acordo com esse mesmo princípio.

Vejam os exemplos de quando as máximas são violadas, primeiramente observando a máxima de qualidade:

(32) A: Será que a Europa terá mais futuro que o Brasil?

B: Que isso! O Brasil, na área social, já é um avanço!

Qualquer participante de uma conversação, razoavelmente informado, saberá que a informação de B é completamente falsa e, portanto, B não está tentando enganar A. A única maneira de mantermos a suposição de que B está cooperando com A é interpretarmos que B está querendo dizer algo completamente diferente daquilo. Todas as respostas irônicas são interpretadas com base na infração da máxima de qualidade. Observação parecida pode ser feita a partir de construções de metáforas. Por exemplo, se digo (33), há uma violação das restrições seletivas dos itens lexicais envolvidos e, se estou sendo cooperativo, a única maneira de meu interlocutor entender o que quero comunicar é tentar mudar as restrições seletivas dos itens envolvidos até chegar a uma interpretação adequada:

(33) Esse carro bebe gasolina!

Essa pode ser uma boa explicação para a compreensão das metáforas. Outra forma de infringirmos a máxima de qualidade é a enunciação de falsidades evidentes:

(34) A: O Brasil é cheio de cobras nas ruas, não é?

B: É, assim como os russos comem crianças.

B serve para mostrar que a afirmação de A está absolutamente incorreta. Também perguntas retóricas têm a capacidade de implicar algo contrário ao que está sendo dito:

(35) O Paulo ia ser modesto? (em uma situação que os falantes sabem que o Paulo não é absolutamente modesto)

A interpretação de (35) será que, absolutamente, o Paulo não é modesto.

Vejam agora como a máxima de quantidade pode ser infringida. Um exemplo refere-se a tautologias. Tautologias são sentenças que, semanticamente, não trazem nenhuma informação. Entretanto, elas são usadas nos diálogos para passarem informações:

(36) Criança é criança.

(37) Se ele faz, ele faz!

Para se preservar o princípio de cooperação, alguma informação é retirada desses enunciados.

A exploração da máxima de relevância é um pouco mais difícil de encontrar, segundo observa Grice, pois é difícil construir respostas que precisem ser interpretadas como irrelevantes. Os exemplos dados são:

(38) A: Eu acho que a senhora Silva é uma velha tagarela!

B: Está calor aqui, hein?

B pode estar querendo simplesmente desviar o assunto, pois o filho da senhora Silva pode estar bem atrás dela.

Para ilustrar a exploração da máxima de modo, usarei um exemplo bem típico:

(39) a. A orquestra tocou uma peça de Bach.

b. A orquestra reproduziu sons que seguem exatamente a partitura da peça de Bach.

Se preferirmos (39b), em vez de (39a), infringindo a submáxima de modo *seja breve*, estou implicando, na verdade, que há uma enorme diferença entre seguir uma partitura e, realmente, tocar.

### Características das implicaturas

As implicaturas conversacionais apresentam certas características bem típicas desse fenômeno pragmático. Veja quais são:

- 1) Dependem de assumimos que existe um princípio cooperativo e suas máximas.
- 2) Não são convencionais, pois não fazem parte do significado dos itens lexicais.
- 3) Um proferimento pode ter mais de uma implicatura. Por exemplo:

(40) A: Esqueci minha caneta lá em cima!

B: Eu pego para você.

C: Puxa! Que pena!

Veja que o falante B pode ter interpretado que A fez um pedido, e C pode ter interpretado que A fez apenas uma constatação.

- 4) A compreensão de uma implicatura dependerá das suposições sobre o mundo que o falante e o ouvinte têm em comum.
- 5) As implicaturas sempre têm uma natureza cancelável, ou seja, se adicionarmos outras informações, poderemos cancelar a implicatura sem que sejamos contraditórios. Por exemplo, retomemos o exemplo (27) em (41):

(41) A: Você vai à festa hoje à noite?

B: Puxa! Estrou com uma gripe de marar.

A: Então você não vai?

B: Não! Eu vou assim mesmo.

Com a informação adicional de B, cancelamos a implicatura inicial de que o falante B não iria à festa.

Para concluir, podemos perceber que os atos de fala de Austin se fundem naturalmente com a teoria de Grice sobre a comunicação: para os dois autores, a força ilocutiva de um proferimento e as implicaturas que um proferimento possa ter dependem de suposições partilhadas entre o ouvinte e o falante. Como consequência, temos que a força ilocutiva de um proferimento pode ser considerada como parte da mensagem implicada. Vejamos um exemplo dado por Kempson (1977) para ilustrar essa afirmação. Alguém que profira a sentença *O João estará na festa hoje à noite*, sabendo que a ouvinte se separou do João recentemente, de maneira não amigável, e levando-se em conta que a relevância da comunicação está sendo mantida, está pretendendo fazer uma advertência à ouvinte, esperando que ela entenda essa advertência: “Não vá à festa hoje à noite”. Ou seja, o ato ilocutivo empregado à sentença é de advertência. Entretanto, essa advertência só pode ser entendida a partir das possíveis implicaturas que a sentença *O João estará na festa hoje à noite* possa ter se for proferida com base nas máximas da cooperação. Como em todos os casos, devemos pensar que essa é uma análise possível, mas não a única possível, ou seja, podem existir para o mesmo proferimento outras forças ilocutivas e outras implicaturas possíveis.

### Ambiguidade das implicaturas

As implicaturas também podem apresentar certo grau de ambiguidade, característica bastante comum em sentenças descritivas. Alguns autores, como Ilari e Geraldini (1987), falam de ambiguidades situacionais. Veja o exemplo:

(42) Eu não posso nem falar de chocolate.

Em (42), parece pouco provável que o ouvinte entenda a sentença em seu sentido literal, ou seja, *Eu estou proibida de falar de chocolate*. Se o ouvinte soubesse, como um fato dado, que eu sou perfeitamente capaz de falar de chocolate, ele seguiria a máxima da qualidade, pensando que eu não estou mentindo, e seguirá a máxima da relevância, pensando que, se eu não estou mentindo, eu devo estar querendo passar algum tipo de informação; com isso ele vai tentar inferir da sentença algum tipo de significado. Normalmente, apesar de ser possível mais de um tipo de implicatura para uma sentença, existe uma interpretação preferível, ou mais previsível. Por exemplo, no exemplo de Grice do professor, em (31), parece-me que a maioria dos falantes interpretaria que o professor não queria recomendar o aluno (apesar de não ser a única interpretação possível). Entretanto, existem sentenças em que a interpretação previsível é ambígua, ou seja, existe mais de uma possibilidade, igualmente preferida. É o que ocorre com o exemplo em (42). Acredito que os falantes do português brasileiro hesitarão em afirmar qual é a interpretação mais previsível para (42) entre as sentenças a seguir:

- (43) Eu gosto tanto de chocolate que só de falar eu quero comer.
- (44) Eu detesto chocolate que só de falar eu passo mal.

Para poder interpretar (42), escolhendo entre as possíveis implicaturas que possam decorrer dessa sentença, o ouvinte tem que se valer de indícios de várias ordens, como gestos, entonação, expressões faciais etc. Por isso, assume-se que esse tipo particular de ambiguidade tem um fundamento situacional, e não linguístico.

### Exercícios

- i. Explique como se dá o processo de inferência entre as sentenças seguintes:
  - 1) Peguei aquela avenida às 6 horas da tarde. O tráfego estava simplesmente impossível.
  - 2) Acordei tarde, dormi mal, saí de casa atrasada. Tudo isso me fez começar o dia com o pé esquerdo.
  - 3) Eu comprei um filhote de pastor-alemão. O filhote rói tudo pela frente.
- ii. Baseado na noção de implicatura de Grice, dê, para os diálogos seguintes, as possíveis implicaturas. Explique quais são as máximas envolvidas:
  - 1) A. Você vem jantar aqui em casa hoje?  
B. Minha mãe vem me visitar.
  - 2) A. Você imprimiu todas as folhas?  
B. Imprimi algumas.
  - 3) A. Eu estudei e casei.
  - 4) A. Quem quebrou este vidro?  
B. Eu não tinha a intenção.
  - 5) A. Eu sou formada em Letras.



iii. Diga qual a máxima está sendo infringida e a implicatura decorrente do diálogo:

- 1) A. Seu cachorro morde?
  - B. Não.
  - (E o cachorro morde B; B, indignado, pergunta:)
  - B. Mas você não falou que seu cachorro não mordeia?
  - A. E não morde mesmo, só que esse não é meu cachorro.
- 2) A. Aonde você vai com o cachorro?
  - B. Vou ao V-E-T-E-R-I-N-A-R-I-O.
- 3) A. Essa mulher é feita de ferro.
- 4) A. O que você pensa sobre isso?
  - B. Guerra é guerra.
- 5) A. Ela cantou a ária de Bach?
  - B. Bem, ela fez as mesmas notas que estavam na partitura.

iv. Relatei a seguir um fato anedótico, extraído de Saeed (1997: 201). Comente o comportamento dos envolvidos, em termos das máximas de Grice:

Um dia, um vendedor encontrou um menino sentado na escada da frente de uma casa. Ele perguntou ao menino: “Sua mãe está em casa?”. “Sim”, respondeu o menino. Então o vendedor tocou a campainha várias vezes, bateu na porta e chamou por alguém. Ninguém respondeu. O vendedor, então, se dirigiu ao menino, dizendo: “Eu pensei que você tivesse dito que sua mãe estava em casa!”. “Ela está”, retrucou o menino, “Só que esta não é a nossa casa”.

v. Dê exemplos de outras ambiguidades situacionais, explicando-as.

## Indicações bibliográficas

Em português: Chierchia (2003, cap. 5), Ilari e Geraldi (1987, cap. 5) e Levinson (2007, caps. 3 e 5).  
Em inglês: Saeed (1997, caps. 7 e 8), Chierchia e McConnell-Ginet (1990, cap. 4), Yule (1996, caps. 5 e 6), Hurford e Heasley (1983, cap. 6), Kempson (1977, caps. 4 e 5).

## Notas

1. Acredito que as abordagens mentalistas não tenham nada a dizer sobre essa divisão e nem é esse o objeto de suas investigações.
2. Encontram-se, também, as terminologias *locutório*, *illocutório* e *perlocutório*. Sigo, aqui, a terminologia usada por Pagan, Negri e Ilari, na tradução de Chierchia (2003).
3. A utilização de aspas duplas indica o proferimento da sentença, ou seja, a ação realizada, o uso da sentença; a utilização do itálico indica a sentença enquanto entidade linguística, ou seja, a menção da sentença.
4. Para uma concepção contrária, ver Grice (1975) e (1975).
5. Essas condições também foram chamadas de condições de adequação e de condições ideais. Usarei, aqui, o termo mais comumente empregado na literatura: condições de felicidade.
6. Saeed desenvolve a noção de condições de felicidade de Austin, subclasificando-as em: condições preparatórias, proposicionais, de sinceridade e essenciais. Para detalhes sobre a proposta, ver Searle (1969, cap. 3).
7. Como lembretes, uma relação anafórica consiste em identificar objetos, pessoas, momentos, lugares e ações através de uma referência a outros objetos, pessoas etc., anteriormente mencionados no discurso ou na sentença.
8. O símbolo → significa que “a enunciação da sentença anterior geralmente produzirá a seguinte implicatura”.

## Respostas dos exercícios

### A investigação do significado

#### Exercícios

i. A compreensão do significado envolve o conhecimento semântico e o conhecimento pragmático. O conhecimento semântico lida com os aspectos da interpretação que permanecem constantes quando uma palavra ou sentença é proferida, ou seja, limita-se ao sistema linguístico. O conhecimento pragmático, por sua vez, tem relação com os usos situados da língua e considera, para tanto, os efeitos intencionais no discurso. Por exemplo, a sentença *O forno está ligado*, sob a perspectiva de uma interpretação semântica, constitui uma declaração sobre a condição física do eletrodoméstico: *estar ligado*. Se situarmos a mesma sentença em um contexto no qual uma mãe se dirige a um filho pequeno que acaba de entrar na cozinha, temos um aspecto de significado que ultrapassa o anterior e se situa no âmbito da Pragmática: *Cuidado com o forno, ele está quente!*

ii. A noção de *menção*, que alude ao significado linguístico de uma palavra ou sentença, é o objeto de estudo da Semântica; e a noção de *uso*, que leva em consideração a forma como o falante emprega determinada palavra ou sentença, é o objeto de estudo da Pragmática. No exercício anterior, para ilustrar o conhecimento semântico, mencionei a sentença *O forno está ligado*, que é uma expressão da língua portuguesa – *língua-objeto* – e usei a própria língua – *metalinguagem* – para descrever o significado. A sentença foi isolada de contexto e apresentou um significado invariável. Para explicarmos o conhecimento pragmático da mesma sentença, no entanto, foi necessário inseri-la em uma situação de discurso, pois o significado, nesse caso, depende do contexto e varia de acordo com o uso da língua.

iii. 1) A composicionalidade e a expressividade linguística: uma teoria semântica deve atribuir significado(s) a cada palavra e às sentenças das línguas, estabelecer a natureza exata da relação entre o significado das palavras e o significado das sentenças e enunciar de que modo essa relação depende da ordem das palavras ou de outros aspectos da estrutura gramatical da sentença.